

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. OBJETIVO:

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto é a Contratação de Empresa Especializada na Locação de Espaço para evento de médio e grande porte, incluindo serviços de alimentação, equipamentos de multimídia, sonorização, equipe de apoio, e link de internet, estrutura demandada para realização do evento de seguimento da 7ª Conferência Municipal das Cidades, a ser realizada, em Itajaí/SC, no período de 14 e 15 de abril de 2025, com 150 participantes.

2. ÁREA REQUISITANTE DA CONTRATAÇÃO:

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

2.1 – INFORMAÇÕES GERAIS:

Unidade Gestora da Política de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Mobilidade Urbana.

2.1.1 - Equipe de Planejamento:

Nome	cargo/função	Matrícula	E-mail
Dante Miranda Gervasi	Diretor Executivo de Regularização	2687401	dante.gervasi@itajai.sc.gov.br

	Fundiária e Contenções		
Elen Cristina Soares Neves	Assistente Social	724201	elen.neves@itajai.sc.gov.br
Daiane Thaise Ramos	Diretora Executiva de Planejamento e Produção Habitacional	2115902	daiane.ramos@itajai.sc.gov.br
Claudia Regina H. da Silva	Assistente Social	1576101	claudia.regina@itajai.sc.gov.br

3 – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

A realização da Conferência Municipal é um evento de grande importância para o desenvolvimento de políticas públicas e participação social, demandando uma estrutura física adequada para acomodar os participantes e permitir a condução das atividades metodológicas previstas.

Atualmente, dentro da estrutura organizacional do Poder Executivo, não há espaço disponível que atenda de forma satisfatória às necessidades do evento, considerando que a metodologia de trabalho adotada requer um ambiente com infraestrutura apropriada, incluindo:

- Capacidade para acomodar 150 pessoas de forma confortável;
- Espaço adequado para a realização de trabalhos em grupo e plenárias;
- Estrutura de som e multimídia para apresentações e debates;
- Ambientes climatizados que garantam o conforto dos participantes;
- Acessibilidade para garantir a participação de todos os públicos.

Diante dessa necessidade, justifica-se a locação de um espaço físico externo que atenda a essas exigências, assegurando que a Conferência Municipal ocorra de maneira eficiente e produtiva, garantindo a participação efetiva da comunidade e dos agentes envolvidos na construção das políticas públicas municipais.

4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

A realização da Conferência Municipal é uma exigência decorrente da convocação feita pelo Conselho Nacional das Cidades, instância responsável por estabelecer diretrizes para a promoção da participação social na formulação e implementação de políticas urbanas.

No entanto, essa convocação ocorreu após a elaboração do Plano de Contratações Anuais (PCA) de 2025, impossibilitando a previsão prévia dos recursos necessários para a realização do evento. Como a Conferência Municipal é uma etapa fundamental do processo participativo e precisa ser realizada conforme os prazos e metodologias definidos pelo Conselho Nacional das Cidades, torna-se necessária a adoção de medidas excepcionais para viabilizar sua realização.

Diante disso, justifica-se a necessidade de ajustes nos processos administrativos para permitir a contratação de estrutura física adequada para o evento, garantindo que a conferência ocorra de maneira eficiente, atendendo às exigências metodológicas e possibilitando a participação da sociedade no debate sobre políticas urbanas, habitacionais e de mobilidade urbana.

Sendo assim a despesa será custeada pela **Dotação Orçamentária – Apoio Administrativo – Código 31 – DESPESAS 31-3.390- ORDINÁRIO**

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA POTENCIAL CONTRATAÇÃO

Considerando a necessidade de locação de espaço físico adequado para a realização da Conferência Municipal, e em conformidade com os princípios da Administração Pública dispostos no art. 37 da Constituição Federal, bem como com os preceitos estabelecidos na **Lei Federal nº 14.133/2021**, que dispõe sobre normas gerais de licitação e contratação, a contratação do objeto deverá atender aos seguintes requisitos essenciais:

5.1. Capacidade e Adequação do Espaço

- O espaço deverá possuir capacidade mínima para **150 (cento e cinquenta) pessoas**, garantindo conforto e segurança aos participantes, bem como a circulação adequada no ambiente.
- Deverá contar com sistema de **climatização** eficiente, garantindo condições adequadas para a realização do evento.

5.2. Infraestrutura Compatível com a Metodologia do Evento

- O local deverá dispor de **auditório ou salão principal** para a realização de palestras, debates e plenárias, bem como de salas auxiliares ou espaços destinados à execução de atividades em grupos e oficinas.
- Deverá haver área destinada para acomodação da equipe organizadora, materiais de apoio e infraestrutura operacional necessária.

5.3. Equipamentos e Recursos Tecnológicos

- O espaço deverá disponibilizar **equipamentos de sonorização e multimídia**, incluindo microfones, caixas de som, projetores e telão, assegurando a viabilidade das apresentações e discussões.
- Deverá contar com **conexão de internet estável**, permitindo a realização de eventuais transmissões ou atividades interativas.
- Iluminação adequada, compatível com as necessidades do evento, garantindo visibilidade e acessibilidade.

5.4. Acessibilidade e Segurança

- O local deverá atender aos requisitos de **acessibilidade**, conforme o disposto na **Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, incluindo rampas, banheiros adaptados, sinalização tátil e demais estruturas necessárias para garantir a plena participação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- Deverá possuir **saídas de emergência devidamente sinalizadas**, extintores de incêndio, iluminação de emergência e demais equipamentos de segurança exigidos pelas normas vigentes.

5.5. Localização e Logística

- O espaço deverá estar situado em local de **fácil acesso**, preferencialmente em região servida por transporte público.
- Deverá oferecer **estacionamento próprio ou área para embarque e desembarque** dos participantes.

5.6. Serviços Complementares

- O local deverá contar com infraestrutura para a realização de **coffee break e refeições**, caso necessário.
- Disponibilidade de **equipe técnica** para suporte ao funcionamento dos equipamentos durante o evento.

5.7. Conformidade com a Lei nº 14.133/2021

A contratação do espaço será realizada observando os dispositivos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, com especial atenção aos princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e economicidade**, garantindo a escolha da melhor proposta em termos de custo-benefício para a Administração Pública.

Tais requisitos são indispensáveis para assegurar a realização da Conferência Municipal em conformidade com os padrões de qualidade e acessibilidade exigidos, garantindo a plena efetividade dos trabalhos e a participação ampla da comunidade.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DE MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

Nos termos do **art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021**, que exige a apresentação de estimativas das quantidades a serem contratadas, acompanhadas das respectivas memórias de cálculo e documentos de suporte, apresenta-se a seguir a fundamentação quantitativa e os critérios adotados para a contratação do espaço físico destinado à realização da 7ª **Conferência Municipal das Cidades**.

6.1. Dimensionamento da Contratação

A Conferência Municipal terá a participação estimada de **150 (cento e cinquenta) pessoas**, entre representantes da sociedade civil, poder público, palestrantes e equipe técnica de apoio. Diante disso, foram considerados os seguintes requisitos para a locação do espaço:

Relação de Ambientes, Sugestão de Áreas Mínimas e Cronograma

Item	Descrição:	Qtd:	Data:	Período de Uso:
1	Contratação de Auditório Principal –			

	Salão Nobre, com capacidade para 150 pessoas, ambiente com acessibilidade, climatizado e com isolamento acústico, com 1 mesa diretora para autoridades com capacidade mínima para 10 pessoas. (mobiliário incluso na proposta: 150 cadeiras ergonômicas e pranchões para a mesa diretora e poio. O local deverá ter espaço adequado para instalação de equipamentos de sonorização, iluminação, projeção, notebook) , serviço de internet e apoio técnico.	01	14 e 15/04/2025	19: 30 às 22:00hs 08:30 às 18:00 hs
2	Contratação de Salas de Grupo, com capacidade para 50 pessoas, ambiente com acessibilidade, climatizado e com isolamento acústico, com 1 mesa diretora para au com capacidade mínima para 4 pessoas. (mobiliário incluso na proposta: 50 cadeiras ergonômicas e pranchões para a mesa diretora e poio. O local deverá ter espaço adequado para instalação de equipamentos de sonorização, iluminação, projeção, notebook) e serviço de internet	3	15/04/2025	08:30 às 16:00 hs
3	Contratação de Coffe – Break para o evento com 150 participantes e colaboradores (copos, guardanapos, água, sucos, salgados assados e fritos sanduíches, café, e sucos)	3	14 e 15/04/2025	19: 30 às 22:00hs 08:30 às 18:00 hs

6.2. Memória de Cálculo

A estimativa de contratação levou em consideração eventos similares realizados anteriormente no âmbito municipal e estadual, além da cotação de preços praticados no mercado para locação de espaços com estrutura compatível. Foram utilizados os seguintes critérios:

- **Capacidade do espaço:** Locais que comportam no mínimo 150 pessoas, considerando distanciamento e circulação.

- **Infraestrutura técnica:** Inclusão de equipamentos audiovisuais, conectividade e suporte operacional.
- **Custos referenciais:** Levantamento junto a fornecedores locais e regionais para definição de valores de mercado.
- **Duração do evento:** Considerada a necessidade de utilização do espaço por um período estimado de **8 (oito) horas**.
- **Interdependência com outras contratações:** Consideração de serviços complementares, como limpeza, segurança e fornecimento de alimentos, buscando economia de escala na negociação.

6.3. Documentos de Suporte

Para embasar a estimativa de quantidades e custos, foram considerados:

- **Pesquisas de mercado** realizadas junto a fornecedores locais de espaços para eventos;
- **Eventos anteriores** organizados pela Administração Pública com características similares;
- **Tabela de preços referenciais** adotada em contratações análogas por órgãos públicos.

6.4. Economia de Escala e Racionalização de Custos

Considerando a interdependência com outras contratações, como fornecimento de alimentos, locação de equipamentos audiovisuais e serviços de limpeza, busca-se a otimização dos recursos por meio de contratações conjuntas ou alinhamento com contratos vigentes da Administração Pública.

Ademais, a concentração da contratação em um único espaço, que ofereça a estrutura necessária integrada, possibilita redução de custos operacionais, evitando despesas adicionais com deslocamento, montagem e desmontagem de equipamentos.

Dessa forma, a presente estimativa atende ao disposto no **art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021**, garantindo planejamento adequado, eficiência na aplicação dos recursos públicos e economicidade na execução do evento.

7 – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

Com objetivo de elaborar a pesquisa, solicitamos as empresas do ramo de eventos apresentação de proposta para locação de espaço de médio e grande porte. Na descrição, informamos que o espaço deveria incluir auditório para 150 pessoas, 3 salas de grupo de trabalho com capacidade para 50 pessoas cada, serviço de alimentação, limpeza e segurança, para a realização do evento a ser realizado em Itajaí/SC, no período de 14 e 15 de abril de 2024, com participação de 150 pessoas.

Encaminhamos para análise das empresas um email contendo as informações básicas dos eventos, a programação prévia, contendo os serviços a serem demandados, os documentos pode ser conferida nos anexos deste documento.

Ademais foi realizado levantamento de contratações realizadas no âmbito da Administração Pública, com objetivo de verificar a existência de soluções compatíveis/similares que atendam às necessidades deste estudo. Como resultado, identificou-se órgão da administração pública que realizaram similares.

- Secretaria Municipal de Assistência Social – Conferência Municipal de Assistência Social. (Ano de 2017)

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Os valores apresentados representam um levantamento preliminar dos itens a serem contemplados na Conferência Municipal das Cidades, servindo como referência para a estimativa de custos do evento. A contratação dos serviços e equipamentos necessários seguirá a modalidade de pregão eletrônico, garantindo transparência, economicidade e

ampla concorrência no processo licitatório. **O valor global estimado para a contratação por lote único no valor de R\$ 36.070,30 (trinta e seis mil e setenta reais e trinta centavos), assim especificado nos itens discriminados abaixo:**

LOTE	DESCCRIÇÃO	VALOR (R\$)
01	Auditório Principal/ Salão Nobre	R\$ 3.583,33
	Salas de Grupo de Trabalho	R\$ 4.894,67
	Equipamentos com Sistema de Multimídia e Internet e Filtro de Linha/Extensão	R\$ 4.786,83
	Cofee Break	R\$ 22.805,46
TOTAL:		R\$ 36.070,30

A Planilha acima descreve os itens que a empresa especializada em Locação de Espaço Serviços e Bens deva fornecer ao Evento de Modalidade Conferência para o Município de Itajaí.

Os valores apresentados representam um levantamento preliminar dos itens a serem contemplados na Conferência Municipal das Cidades, servindo como referência para a estimativa de custos do evento. A contratação dos serviços e equipamentos necessários seguirá a modalidade de pregão eletrônico, garantindo transparência, economicidade e ampla concorrência no processo licitatório.

Considerando a temática, o público (150 pessoas), a metodologia e o formato do evento aprovado pela Equipe Técnica da SEDUD da 7ª Conferência Municipal das Cidades, será um espaço de 1000m² modulados da seguinte forma, conforme tabela abaixo.

7.2 PLANILHA DOS ENTREGÁVEIS:

Item:	Serviços:	Descrição:	Unidade:	Qdt
1	Locação de espaço físico pelo período de 14 e	Locação de Auditório	1	1

	15 de abril de 2025.	Locação de Sala de Grupo de Trabalho	3	3
2	Equipamentos com sistema de Multimídia e Internet	Notebook	4	4
		Projektor Multimídia	4	4
		Tela de Projeção	4	4
	Equipamentos com sistema de Multimídia e Internet	Sistema de Som 50 PAX	1	1
		Sistema de Som 150 PAX	1	1
		Filtro de Linha/ Extensão	2	2

3	Alimentação e Bebidas	Coffe Break	3	3
---	-----------------------	-------------	---	---

A fim de justificar a vantajosidade econômica, realizou-se uma análise comparativa dos preços praticados em contratações similares entre os órgãos da Administração Pública. Esta análise segue as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, com base nesses estudos praticados, é possível demonstrar a vantagem econômica da contratação.

7.3 Comparativo de Proposta:

Serviços:	Empresa 1:	Empresa 2:	Empresa 3:
Locação de Auditório	R\$ 3.200,00	R\$ 4.200,00	R\$ 3.350,00
Locação de Sala de Grupo de Trabalho	R\$ 2.634,00	R\$ 6.700,00	R\$ 5.350,00
Equipamento com Sistema de Multimídia e Internet	R\$ 4.360,50	R\$ 5.800,00	R\$ 4.200,00
Alimentos e Bebidas (Coffee- Break)	R\$ 22.491,00	R\$ 24.750,00	R\$ 21.175,00
TOTAL:	R\$ 32.685,90	R\$ 41.450,00	R\$ 34.075,00

Essa análise comparativa foi fundamental para garantir a eficiência e a economicidade dos gastos, permitindo que Administração Pública faça escolhas conscientes e tome decisões embasadas em dados concretos.

8 – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A escolha pela **locação de espaço físico com infraestrutura adequada** para a realização da **Conferência Municipal** fundamenta-se na necessidade de garantir a plena execução do evento, em conformidade com os princípios da **eficiência, economicidade e adequação ao interesse público**, conforme preconizado pela **Lei Federal nº 14.133/2021**.

8.1. Inexistência de Espaço Adequado na Estrutura Administrativa para atender os parâmetros exigidos para Conferência

A estrutura organizacional do **Poder Executivo Municipal** não dispõe de espaço físico que atenda aos requisitos necessários para a realização da Conferência, considerando:

- A **disposição de salas auxiliares** para a realização das atividades metodológicas em grupos;
- A inexistência de equipamentos adequados, como **sonorização, projeção multimídia e conectividade**.

Dessa forma, a locação de um espaço externo configura-se como a alternativa mais viável e eficiente para viabilizar o evento.

8.2. Atendimento às Especificidades Metodológicas

A Conferência Municipal possui um formato que exige:

- **Plenárias gerais para apresentações e debates;**
- **Salas ou áreas específicas para trabalhos em grupo;**
- **Equipamentos audiovisuais de qualidade** para garantir a comunicação e a participação de todos os envolvidos.

A inexistência desses requisitos em prédios públicos do município reforça a necessidade da locação de espaço externo.

8.3. Economia de Escala e Redução de Custos Operacionais

A solução adotada visa também à **racionalização de despesas** e **otimização dos recursos públicos**, uma vez que a locação do espaço **já contempla a infraestrutura necessária**, reduzindo a necessidade de contratação de serviços adicionais, tais como:

- Locação de cadeiras e mesas;
- Montagem e desmontagem de estrutura audiovisual;
- Custos adicionais com segurança e limpeza, já incluídos na contratação do espaço.

Além disso, a escolha de um **único fornecedor** para um espaço que já atenda a todos os requisitos metodológicos e logísticos evita a fragmentação das contratações e **minimiza riscos operacionais**.

8.4. Viabilidade Técnica e Jurídica

A locação de espaço para eventos é **prática comum na Administração Pública**, especialmente quando inexistente estrutura própria adequada, sendo juridicamente respaldada pela **Lei nº 14.133/2021**, desde que atendidos os critérios de:

- Justificativa da necessidade (art. 18, § 1º, IV);
- Eficiência na escolha da solução (art. 11, inciso II);
- Busca pela economicidade e vantajosidade na contratação (art. 14).

8.5. Considerações

Diante do exposto, a **locação de espaço físico** para a realização da **Conferência Municipal** representa a solução mais eficiente, econômica e viável, garantindo o pleno cumprimento dos objetivos do evento e promovendo a participação democrática da sociedade na formulação de políticas públicas.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada de forma global, evitando fragmentação desnecessária e otimizando a eficiência operacional e financeira. Todos os itens necessários estão diretamente relacionados e devem ser disponibilizados simultaneamente para garantir o sucesso do evento.

A decisão de **não parcelar a contratação** está amparada no **art. 40, § 1º, da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece que a divisão do objeto somente deve ocorrer quando:

- Não comprometer a execução do conjunto do serviço contratado;
- For economicamente vantajoso para a Administração Pública;
- Não aumentar riscos ou custos administrativos.

Dessa forma, considerando a **indivisibilidade funcional da contratação, a interdependência dos serviços e a busca pela economicidade e eficiência**, a **contratação em lote único** apresenta-se como a alternativa mais viável, garantindo o adequado suporte para a realização da **Conferência Municipal** sem riscos operacionais e financeiros para a Administração Pública.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Nos termos do **art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021**, a Administração Pública deve avaliar as contratações correlatas e interdependentes para garantir a economicidade, eficiência e adequada execução do objeto.

No caso da **locação do espaço físico e demais equipamentos para a Conferência Municipal**, há a necessidade de considerar que as características do evento requer que a contratação dos serviços e bens devam ser contratados de forma unificada

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS

- Garantir um local adequado e apropriado para a realização do evento, com capacidade suficiente para acomodar todos os participantes e fornecer uma experiência confortável aos mesmos,
- Assegurar a disponibilidade de serviços de alimentação de qualidade;
- Garantir a segurança dos participantes e do local do evento, com a presença de profissionais treinados e capacitados para lidar com qualquer situação de emergência;
- Manter um ambiente limpo e higiênico durante o período do evento, garantindo a comodidade e saúde dos participantes;
- Fornecer todos os materiais e equipamentos necessários para a realização do evento, de forma a atender todas as demandas e necessidades dos participantes;
- Disponibilizar mão de obra qualificada e especializada para a execução de todas as atividades demandadas, garantindo efetividade e o sucesso do evento.

No geral, os resultados pretendidos com a contratação são a garantia de um evento bem – sucedido, que atenda às expectativas e necessidades dos participantes, proporcionando uma experiência positiva e satisfatória para todos os envolvidos.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Para garantir a regularidade, eficiência e economicidade da contratação da locação de espaço físico para a realização da Conferência Municipal, a Administração Pública

deverá adotar uma série de providências previamente à celebração do contrato, conforme dispõe o artigo 18, § 1º, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Inicialmente, será necessário definir os requisitos técnicos e elaborar o Termo de Referência, detalhando as especificações do espaço, como a capacidade de público, infraestrutura disponível, localização, acessibilidade e eventuais serviços complementares. Deve-se garantir que o local escolhido atenda às exigências metodológicas do evento, como disposição de salas auxiliares e disponibilidade de equipamentos audiovisuais. Além disso, é imprescindível estabelecer critérios objetivos para avaliação da proposta mais vantajosa.

Paralelamente, a Administração deverá realizar pesquisa de mercado para estimativa de custos, com base em metodologia definida pelo Decreto Federal nº 11.246/2022, identificando fornecedores que possam atender às necessidades do evento. Também será necessário verificar a existência de contratos vigentes no âmbito da Administração que possam contemplar a locação de espaços para eventos, evitando contratações redundantes e assegurando a economicidade.

A análise jurídica será fundamental para validar a regularidade da contratação e a conformidade da documentação exigida dos fornecedores. Será preciso verificar se o local atende à legislação ambiental, de segurança e acessibilidade, além de incluir no contrato cláusulas que garantam a qualidade dos serviços prestados e prevejam penalidades em caso de descumprimento das obrigações.

Antes da celebração do contrato, a Administração deverá consultar os sistemas oficiais, como SICAF e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), para assegurar a regularidade fiscal, trabalhista e jurídica do fornecedor. Serão exigidas certidões de regularidade junto ao FGTS, INSS, Receita Federal e Dívida Ativa da União, além de comprovada experiência técnica e operacional na realização de eventos institucionais.

Para garantir o cumprimento do contrato, será designado um gestor e um fiscal, conforme determina o artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, responsáveis pelo

acompanhamento da execução contratual. Também será elaborado um plano de fiscalização, prevendo checklists de acompanhamento, critérios de medição de desempenho e mecanismos de controle para avaliação da execução do contrato.

A formalização da contratação exigirá a elaboração do instrumento contratual, garantindo que estejam previstas as cláusulas essenciais, como objeto, obrigações das partes, preço, forma de pagamento, critérios de rescisão, penalidades e eventuais garantias contratuais. O contrato será submetido à revisão jurídica e publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme exigência do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, será realizado o planejamento da execução do contrato, com a definição de um cronograma para entrega dos serviços, a adoção de indicadores de desempenho e a estruturação de um plano de contingência para mitigar eventuais falhas na execução contratual. Todas essas medidas visam assegurar a transparência, legalidade e eficiência da contratação, garantindo que a Conferência Municipal ocorra de forma adequada e sem comprometer a execução orçamentária, em conformidade com os princípios da administração pública.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A contratação do espaço para a Conferência Municipal priorizará fornecedores que adotem práticas sustentáveis, alinhadas às diretrizes ambientais e de eficiência energética. Serão valorizadas empresas que utilizem utensílios recicláveis ou biodegradáveis no serviço de alimentação, reduzindo o impacto ambiental dos resíduos gerados. A redução do consumo de papel será incentivada por meio da substituição de materiais impressos por opções digitais. Além disso, serão priorizados locais que possuam equipamentos de baixo consumo energético e alta eficiência, contribuindo para a economia de recursos. Como forma de diminuir a pegada de carbono, será dada preferência a fornecedores locais, reduzindo a necessidade de

transporte de insumos e incentivando o desenvolvimento econômico regional. Essas diretrizes garantirão um evento mais sustentável e ambientalmente responsável.

14. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
<hr/> <div>Elen Cristina Soares Neves Matrícula: 724201</div> <div>Itajaí, SC, 13 de março de 2025</div>	<hr/> <div>João Paulo Kowalsky Matrícula:21.14204</div> <div>Itajaí, SC, 13 de março de 2025</div>

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (ART. 18, § 1º, XIII, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

[Assinatura do Secretário